

UMA ARQUEOLOGIA DA SOCIOLOGIA?

Marcos Lacerda¹

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar as relações entre a reflexão de Foucault a respeito da "episteme moderna das ciências humanas" dos discursos das "sujeições antropológicas" e da emergência de "dispositivos estratégicos" com a sociologia, especialmente com os temas relacionados ao conceito de sociedade e à polarização entre agência e estrutura. A sociologia seria uma derivação da episteme moderna das ciências humanas, cuja principal característica é o processo moderno de "antropologização" do pensamento, constituindo-se, assim, como um dos discursos das "sujeições antropológicas" e forjando dispositivos estratégicos de poder.

Palavras-chave: episteme – modernidade – humano – sociedade – sociologia.

INTRODUÇÃO

Poderíamos usar o pensamento de Foucault para procurar compreender melhor aspectos da discussão sociológica, desde a problemática que envolve o conceito de "sociedade", até questões como as que polarizam "agência" e "estrutura" e, com isso, fazer uma "arqueologia da sociologia"? A crítica de Foucault à episteme moderna das ciências humanas e aos discursos das "sujeições antropológicas" se estende à sociologia e pode ser um contributo para uma renovação conceitual tanto das ciências humanas quanto da própria sociologia? Eis algumas questões deste trabalho. Proporemos que, na verdade, tanto as polarizações entre agência e estrutura, ação e coletividade, indivíduo e sociedade – que permeiam o discurso sociológico da modernidade – quanto o próprio conceito de sociedade, podem ser pensados como uma derivação do problema do "homem duplo empírico-transcendental", apresentado por Foucault como o traço mais forte da emergência da episteme da modernidade, na qual a sociologia estaria inserida². Ao homem como duplo empírico-transcendental associaremos a questão dos discursos que se constituem como "sujeições antropológicas" e, por fim, associaremos tanto o homem como duplo empírico-transcendental quanto os discursos das "sujeições antropológicas" às "práticas não discursivas", com seus respectivos dispositivos estratégicos e "regimes de verdade". Faremos assim um triplo movimento: a) inicialmente destacaremos a dimensão discursiva da sociologia, sugerindo que ela seria uma derivação da episteme moderna das ciências humanas; b) posteriormente veremos a relação da sociologia com discursos que se caracterizam por se instituírem como "sujeições antropológicas" e veremos também que tais sujeições se situam

¹ Pós-doutorando do PPGS/UFPEL.

² A noção de "discurso sociológico da modernidade" foi desenvolvida por mim na tese de doutorado que defendi no âmbito do IESP/UERJ (Discurso sociológico da modernidade, 2015) e é parte de um projeto que venho desenvolvendo junto ao laboratório Sociofilo/IFCS/UFRJ numa linha de pesquisa voltada para a epistemologia das ciências humanas que tem, por sua vez, a sociologia e o conceito de sociedade como objetos centrais de análise.

“além” da dimensão discursiva; c) por fim, mostraremos como essa dimensão além do discurso nos permite pensar a sociologia como um “dispositivo estratégico” através de suas “práticas não discursivas”.

Para isso nos utilizaremos primordialmente dos livros *As palavras e as coisas*, *Arqueologia do Saber* e *Microfísica do Poder*. Será através destes três livros que estipularemos o que seria a sociologia pensada através da perspectiva de Foucault. Do primeiro livro, iremos sugerir que a sociologia é um modo discursivo específico associado ao modo discursivo transversal das “ciências humanas” e que a sua constituição deriva da emergência do “Homem” como objeto e sujeito do conhecimento, o homem como duplo empírico-transcendental. Do segundo livro, discutiremos a relação do projeto foucaultiano de uma “arqueologia do saber” com a necessidade de identificar discursos que se caracterizam como geradores de “sujeições antropológicas”, incluindo aqui a sociologia, para mostrar como estes discursos podem ser pensados tanto na sua dimensão estrutural – como discurso – quanto na sua dimensão de evento, como história e política. E, por fim, do terceiro trataremos com mais atenção a questão da política e do “poder”, procurando mostrar de que modo funciona o “regime de verdade” da sociologia. Neste caso, já não falamos de “discurso”, mas de um “dispositivo estratégico” que inclui o que chamaremos de “práticas não discursivas”. Assim, de uma análise “estruturalista”, ligada à condição de possibilidade da emergência de determinados conjuntos de saberes, passamos para uma arqueologia do saber que inclui desde já a dimensão das “práticas não discursivas”, cuja análise se intensificará com uma genealogia do poder. Tal é o modelo analítico sugerido neste trabalho.

1.1 SOCIOLOGIA E EPISTEME DA MODERNIDADE

Um dos principais objetivos do livro *As palavras e as coisas* é indicar o momento em que, no campo do pensamento, emerge a figura do “homem” como objeto e fundamento do saber, além de mostrar quão crucial é este aparecimento para a emergência do conjunto de discursos associados às “ciências humanas”. Seria este o fator decisivo para a emergência das ciências humanas, o que implica em uma reordenação da *epistémé*, que passa a se apresentar, assim, de um modo não mais homogêneo, como fora o caso da época clássica, mas de um modo fragmentado, pois neste caso “o campo epistemológico se fragmenta, ou, antes, explode em direções diferentes”³. E é neste processo que “pela primeira vez, desde que existem seres humanos e que vivem em sociedade, o homem, isolado ou em grupo, se tenha tornado objeto de ciência (...)”⁴.

O “homem”, até então, estava submerso na “natureza humana” e nos seres em geral, incluindo aqui os seres inanimados. Há um momento, no entanto, em que o “homem”, ou ainda, se quisermos, a “natureza humana”, desloca-se da “natureza” e dos seres em geral, e constitui-se como um domínio próprio que passa a ser o fundamento da própria natureza e

³ FOUCAULT, *As palavras e as coisas*, p. 478.

⁴ FOUCAULT, *As palavras e as coisas*, p. 477.

dos seres em geral.⁵ Na verdade, e este é o ponto crucial para a nossa análise, o pensamento clássico e a sua episteme fazem imbricar “natureza” e “natureza humana” como momentos funcionais, negando assim à “natureza humana” qualquer estatuto privilegiado⁶. Esta situação só vai mudar efetivamente quando houver uma verdadeira mutação arqueológica na ordem do saber, quando houver um movimento no qual a “natureza humana” ou o “homem” constituir-se como domínio próprio e relativamente autônomo. É neste mesmo movimento que emerge a figura do “homem” como duplo empírico-transcendental. A “natureza humana”, deslocada da natureza, emerge como duplicidade, na condição de objeto e fundamento do saber. Como objeto porque se trata de um momento em que ganha um estatuto próprio; como fundamento porque, neste processo, o “objeto” natureza humana se transforma em fundamento do saber e de todas as positivities. Este momento acompanha uma mutação arqueológica da episteme clássica para a episteme da modernidade.⁷

A imagem do espectador olhado e do soberano submisso é perfeita para mostrar a situação de ambiguidade epistemológica e abismo ontológico da episteme da modernidade, algo tão característico das chamadas “ciências humanas”, sempre incertas entre uma objetivação científica do “humano” – transformado assim em objeto entre outros objetos – e a subjetivação fenomenológico-hermenêutica desse mesmo “humano”, transformado, neste momento, em sujeito que objetiva todo o resto. Em outras palavras, entre a “cientificização” do humano (o homem como objeto) e a “humanização” da ciência (o homem como fundamento). Se trocarmos o “homem” por “função simbólica”, “Estrutura”, “Representações coletivas”, “interação”, “racionalidade comunicativa”, “História” e, para os nossos propósitos, “sociedade”, a lógica estrutural não se modifica e a situação ambígua permanece, deixando sempre estas formas de saber numa posição incerta. Segundo Foucault,

Das duas uma: ou esse discurso verdadeiro encontra seu fundamento e seu modelo nessa verdade empírica cuja gênese ele retrata na natureza e na história, e ter-se-á uma análise de tipo positivista (a verdade do objeto prescreve a verdade do discurso que descreve sua formação); ou o discurso verdadeiro se antecipa a essa verdade de que define a natureza e a história, esboça-a de antemão e a fomenta de longe e, então, ter-se-á um discurso de tipo escatológico (a verdade do discurso filosófico constitui a verdade em formação).⁸

⁵ Antes disso, “não havia consciência epistemológica do homem como tal. A episteme clássica se articula segundo linhas que de modo algum isolam um domínio próprio e específico do homem”. FOUCAULT, *As palavras e as coisas*, p. 425.

⁶ Como diz o autor: “na grande disposição da episteme clássica, a natureza, a natureza humana e suas relações são momentos funcionais, definidos e previstos. E o homem, como realidade espessa e primeira, como objeto difícil e sujeito soberano de todo conhecimento possível, não têm aí nenhum lugar”. FOUCAULT, *As palavras e as coisas*, p. 427.

⁷ Momento em que “a história natural se torna biologia, a análise das riquezas se torna economia (...) a reflexão sobre a linguagem se faz filologia(...) [que] o homem aparece com sua posição ambígua de objeto para um saber e de sujeito que conhece: soberano submisso, espectador olhado (...)” FOUCAULT, *As palavras e as coisas*, p. 430. Ainda segundo Foucault “o limiar da nossa modernidade não está situado no momento em que se pretendeu aplicar ao estudo do homem métodos objetivos, mas no dia em que se constituiu um duplo empírico-transcendental a que se chamou homem”. FOUCAULT, *As palavras e as coisas*, p. 439.

⁸ FOUCAULT, *As palavras e as coisas*, p. 441.

Assim, a duplicidade ambivalente da figura do “homem” expressa também a epistemologia incerta e o abismo ontológico das “ciências humanas” e, por extensão, da sociologia. Neste caso, se substituirmos “homem” por “sociedade” conseguiremos entender a analogia aqui proposta. A ambivalência da figura do “homem”, simultaneamente objeto entre objetos e fundamento destes mesmos objetos, é da mesma natureza da que se vê relação à ambivalência do conceito de sociedade para a sociologia.

Assim o “homem” como duplo empírico-transcendental passa a ser a sociedade como “objetividade fática” (“estrutura”) e “significado subjetivo” (“agência”). Objeto e fundamento do social saber ao mesmo tempo.⁹

12 SOCIOLOGIA E AS SUJEIÇÕES ANTROPOLÓGICAS DO HUMANISMO

Embora em *As palavras e as coisas* a questão do humanismo esteja bem presente e a crítica à figura do homem como duplo empírico-transcendental apresente isso de um modo bem claro, especialmente no que diz respeito à crítica em relação à aporia do homem e seus duplos e ao perigo da antropologização do pensamento (e não é difícil mostrar como tal aporia sustenta os infundáveis debates que polarizam “agência” e “estrutura” em sociologia, associando agência ao domínio empírico-subjetivo e estrutura ao domínio transcendental-objetivo ou vice-versa), é em *Arqueologia do saber* que a questão dos discursos que se fundamentam como formas de sujeição antropológica aparecerão de um modo mais claro.

Se o que pretendemos é associar o “discurso sociológico” à episteme moderna das ciências humanas, temos que verificar se há neste discurso algum tipo de “homogeneidade enunciativa” e algum tipo de “regularidade enunciativa” que possam nos guiar de um modo mais claro. Mas não se trata da procura de uma pretensa unidade discursiva homogênea a ser desvelada em sua unidade oculta, na medida em que há muitos níveis de coerência possíveis¹⁰. Portanto, não se trata de apresentar um corpo maciço de enunciados que possuiria uma estranha continuidade a despeito de mudanças históricas, culturais, sociais, políticas e relacionadas à linguagem, mas de mostrar um determinado “nível de homogeneidade enunciativa” que pode ser delimitado dentro de um conjunto de discursos específicos.

Podemos estipular, assim, entre as diversas teorias sociológicas em suas variações micro ou macrosociológicas, que haveria um nível de homogeneidade enunciativa e que a este nível poderíamos associar uma série de positivities distintas, mas também uma série

⁹ Apresentar a analogia substancial entre o conceito de homem duplo empírico-transcendental e a sociologia foi o tema da minha tese de Doutorado. Esta analogia se dá na tensão entre estrutura e agência, sistema e ator, coletividade e ação que são da mesma natureza conceitual da ambivalência entre o empírico (agência, ator, ação) e o transcendental (estrutura, sistema e coletividade). As diversas teorias sociológicas, com suas respectivas tradições de pensamento, têm como sua base “arqueológica” justamente estas ambivalências que, em grande medida, as conduzem para uma série de aporias.

¹⁰ Como bem o define o autor, “a arqueologia descreve um nível de homogeneidade enunciativa que tem seu próprio recorte temporal, e que não traz com ela todas as outras formas de identidade e de diferenças que podem ser demarcadas na linguagem; e neste nível, ela estabelece um ordenamento, hierarquias e todo um florescimento que excluem um sincronia maciça, amorfa, apresentada global e definitivamente” (FOUCAULT, *A arqueologia do saber*, p. 170).

de “práticas não discursivas”, que se cristalizam em instituições, por exemplo. Entre estas práticas podemos pensar as práticas de confinamento dos hospitais psiquiátricos, das prisões, do tipo de sociabilidade da família, do exército e da escola. São espaços de confinamento, isolamento, exclusão e segregação que agem no mesmo sentido do confinamento, isolamento, exclusão e segregação de enunciados que não se enquadram naquilo que um determinado nível de homogeneidade enunciativa – para retomarmos o que já dissemos – permite.

A sociologia teria – se seguirmos o raciocínio até aqui – um determinado nível de homogeneidade enunciativa, que se associa de um modo transversal ao nível de homogeneidade enunciativa da episteme moderna das ciências humanas. Este nível de homogeneidade enunciativa está associado ao conceito de sociedade dos sociólogos e à polarização francamente aporética entre agência e estrutura, ação e coletividade, ator e sistema, indivíduo e sociedade, que permeia todo discurso sociológico da modernidade. Tanto o conceito de sociedade quanto a sua forma de operacionalização através da polarização ou do dualismo entre agência e estrutura seriam a versão sociológica do homem como duplo empírico-transcendental. Ter como fundamento último e condição de possibilidade a noção de homem como duplo empírico-transcendental significa ter como fundamento último da produção de conhecimento uma série de “sujeições antropológicas”, ou seja, depender, em última instância, de uma concepção de “homem” e “natureza humana” como domínio ontológico próprio e fundamento último do real e do conhecimento.¹¹

Assim, fazer uma arqueologia do saber da sociologia seria mostrar as possíveis relações da sociologia com estas questões, especialmente as “sujeições antropológicas” e, dessa maneira, procurar ver se a sociologia deriva desses discursos das sujeições, sendo um agente deste processo. Como sujeição antropológica o discurso sociológico se associa a determinadas práticas não discursivas e tecnologias de poder tais como as analisadas em *História da Loucura*, *O nascimento da clínica* e *Vigiar e Punir*, mas também em *Arqueologia do saber*, que pode ser considerado como uma espécie de primeira orientação conceitual e sistematização da relação entre práticas discursivas e práticas não discursivas na obra do filósofo francês.

Neste ponto se determina uma empresa cujo perfil foi traçado por *Historie de la Folie*, *Naissance de la Clinique*, *Les Mots et les Choses*, muito imperfeitamente. Trata-se de uma empresa pela qual se tenta medir as mutações que se operam, em geral, no domínio da história; empresa onde são postos em questão os métodos, os limites, os temas próprio da história das ideias; empresa pela qual se tenta desfazer as últimas sujeições antropológicas; empresa que quer, em troca, mostrar como essas sujeições puderam-se formar. Estas tarefas foram esboçadas em certa desordem, e sem que sua

¹¹ É neste sentido que se pode dizer que a *Arqueologia do saber* “não se inscreve – pelo menos diretamente ou em primeira instância – no debate sobre estrutura confrontada com a gênese, a história, o devir; mas sim no campo em que se manifestam, se cruzam, se emaranham e se especificam as questões do ser humano, da consciência, da origem e do sujeito” (FOUCAULT, *A arqueologia do saber*, p. 19).

articulação geral fosse claramente definida. Era tempo de lhes dar coerência – ou, pelo menos, de colocá-las em prática. O resultado desse exercício é este livro.¹²

E é justamente dessa imbricação entre “discurso” e “evento” que trataremos no próximo tópico, através da noção de “dispositivo estratégico”, “regime de verdade” e “política do enunciado científico”.

1.3 SOCIOLOGIA E OS DISPOSITIVOS ESTRATÉGICOS DO PODER

A passagem entre uma noção da sociologia como “discurso” para uma sociologia como “dispositivo estratégico” pode ser feita acompanhando mesmo a própria reflexão de Foucault em *As palavras e as coisas*, texto no qual a dimensão discursiva é destacada e em *Microfísica do poder*, onde o destaque passa a ser a dimensão de “dispositivo estratégico”. Mas há, nesta passagem, uma mediação, entre o domínio do “discurso” e do “dispositivo estratégico”, que se pode ver em *Arqueologia do saber*. Nesse processo, o domínio discursivo se enlaça com as “práticas não discursivas”, que se institucionalizam e se transformam em “estruturas coercitivas”. Estas “estruturas” passam a agir de diferentes maneiras, de um modo difuso ou mesmo concentrado, horizontalmente ou verticalmente, através de coerções institucionais e/ou discursivas.¹³

Mas é preciso levar em consideração também a noção de “poder” como dispersão e como um tipo de ação horizontalizada, com uma característica não coercitiva, que age em rede e que não possui um sujeito como centro de sentido, como trata a terceira precaução metodológica de análise sobre o “poder”, mostrando a necessidade de

não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras (...) o poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia (...) O poder funciona e se exerce em rede.¹⁴

Tal precaução metodológica permite pensar o poder não apenas como coerção ou repressão, mas também como algo que induz ao prazer, produz coisas, forma saber, produz discurso. Como “rede produtiva que atravessa todo o corpo social”, podemos pensar outros “agentes” que atuam na sua constituição, e não só as classes dominantes ou os aparelhos de estado, na medida em que implicam algo para além da mera projeção do poder central, pois isso exige pensar também no modo como relações de poder se enraízam nos comportamentos, nos corpos, nas relações de poder locais e em diversos atores políticos.

¹² FOUCAULT, *A arqueologia do saber*, p. 18.

¹³ Como diz Foucault, “na medida em que as relações de poder são uma relação desigual e relativamente estabilizada de forças, é evidente que isto implica um em cima e um embaixo, uma diferença de potencial”. FOUCAULT, *A microfísica do poder*, p. 250. Do mesmo modo, tais relações também se constituem com a presença de uma classe dominante, pois “Uma classe dominante não é uma abstração (...), que uma classe se torne dominante, que ela assegure sua dominação e que esta dominação se reproduza, estes são efeitos de certo número de táticas eficazes, sistemáticas, que funcionam no interior de grandes estratégias que asseguram esta dominação.” FOUCAULT, *A microfísica do poder*, p. 252.

¹⁴ FOUCAULT, *A microfísica do poder*, p. 183.

Entre estes atores políticos poderíamos incluir também sociólogos, cientistas políticos, antropólogos, psicólogos e assim por diante.

No capítulo IX de *O Discurso filosófico da modernidade*, intitulado “O desmascaramento das ciências humanas pela crítica da Razão: Foucault.”¹⁵, Habermas sugere que é possível, utilizando o pensamento de Foucault, dizer que as ciências humanas – incluindo aí a pedagogia, a politologia, a antropologia cultural e a sociologia – podem ser entendidas como as expressões mais fortes das tecnologias de poder na modernidade, como uma expressão do panóptico, no sentido de um tipo de saber que se coloca na confortável posição de algo que pode ver sem ser visto. O texto de Habermas nos interessa sobretudo porque enlaça os aspectos que temos mostrado aqui como nos casos inicialmente do “homem” como duplo empírico-transcendental, a questão das sujeições antropológicas do humanismo. Neste sentido, podemos ver e sugerir que, desta junção, possamos pensar a questão das práticas não discursivas e dos dispositivos estratégicos, mostrando como tanto a figura do “homem” duplo empírico-transcendental quanto a dos discursos das “sujeições antropológicas” suscitam “práticas não discursivas” que se institucionalizam e passam a se constituir como dispositivos estratégicos, gerando assim “tecnologias de poder”. É disso que trata a análise de Habermas ao mencionar a equivalência entre o “ver sem ser visto” do panóptico e a estrutura “epistêmica” das ciências humanas no pensamento de Foucault. Segundo Habermas,

A mesma estrutura encontra-se no berço das ciências humanas. Não é casual que essas ciências, sobretudo a psicologia clínica, mas também a pedagogia, a sociologia, a politologia e a antropologia cultural possam se inserir sem dificuldades na tecnologia de poder, que encontra na instituição fechada sua expressão arquitetônica. Convertidas em terapias e técnicas sociais, constituem assim o médium mais eficaz da nova violência disciplinadora que domina a modernidade. Isso se deve ao fato de que o olhar penetrante do pesquisador em ciências humanas pode ocupar aquele espaço central do panóptico, de onde é possível ver sem ser visto.¹⁶

Assim, haveria uma “junção” entre a episteme moderna das ciências humanas e uma série de “práticas não discursivas” modernas como as formas de violência disciplinadora materializadas em determinadas estruturas urbanas e arquitetônicas, e também em certas técnicas sociais, como as diferentes formas de isolamento, segregação, exclusão dos espaços de disciplina e confinamento típicos do modo de estruturação das sociedades modernas, como a escola, o exército, a prisão, o manicômio etc. É em relação às “práticas não discursivas” que podemos pensar o problema dos dispositivos estratégicos de poder e fechar assim o quadro analítico sugerido, destacando dessa vez o livro *A microfísica do poder*. Por dispositivo estratégico de poder entendemos os “regimes discursivos”, no intuito de se procurar saber o que rege os enunciados científicos, quais os efeitos de poder que circulam entre os enunciados científicos, aquilo que está no âmbito, segundo Foucault, de uma política

¹⁵ HABERMAS, *Discurso filosófico da modernidade*, pp. 333/372.

¹⁶ HABERMAS, *Discurso filosófico da modernidade*, p. 344.

do enunciado científico, aquilo que vai além da questão da “sistematicidade” e do “paradigma”:

Creio que aquilo que se deve ter como referência não é o grande modelo da língua e dos signos, mas sim da guerra e da batalha. A historicidade que nos domina e nos determina é belicosa e não linguística. Relação de poder, não relação de sentido. A história não tem “sentido”, o que não quer dizer que seja absurda ou incoerente. Ao contrário, é inteligível e deve poder ser analisada em seus menores detalhes, mas segundo a inteligibilidade das lutas, das estratégias, das táticas.¹⁷

Passamos, assim, de uma análise interessada na dimensão discursiva da produção de saberes em *As palavras e as coisas*, seguimos até o limiar entre uma dimensão discursiva de cunho “arqueológico” e uma dimensão histórica e política de “práticas não discursivas”, e chegamos agora a uma dimensão “genealógica” na qual uma política do enunciado científico inclui a dimensão discursivo-arqueológica na dimensão histórico-política-genealógica. A noção de dispositivo nos é fundamental neste momento, pois nos permite rever a questão da relação entre um domínio discursivo e um domínio não discursivo. Assim, segundo Foucault, “a episteme é um dispositivo especificamente discursivo, diferentemente do dispositivo, que é discursivo e não discursivo [possuindo, assim,] elementos (...) muito mais heterogêneos.”¹⁸ Neste sentido, a episteme – objeto vital de *As palavras e as coisas* – seria a dimensão discursiva do dispositivo, se constituindo como o tipo de saber que sustenta e é sustentada pelo dispositivo, pois, se por um lado, “O dispositivo (...) está sempre escrito em um jogo de poder (...) ele está sempre “ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam. É isto o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentado por eles.”¹⁹

E aqui podemos finalizar com a questão dos “regimes de verdade”. A “verdade” – seja ela filosófica ou sociológica – “está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem.”²⁰ Cabe a uma “genealogia” mostrar os “regimes de verdade” de um determinado conjunto de discurso e o modo como tanto práticas discursivas quanto práticas não discursivas contribuem para fazer deste regime específico o regime de verdade total. No caso da sociologia, qual seria o fundamento maior da sua constituição como “regime de verdade”? A construção social da realidade feita pelos próprios sociólogos através do conceito de sociedade, entendido tanto como “facticidade objetiva” quanto como “significado subjetivo”, ou seja, tanto como “estrutura” quanto como “agência”, ou se quisermos ainda mais, tanto como “cientificização” do humano como quanto “humanização” da ciência. Em suma, tanto numa dimensão “empírica” (como objeto) quanto numa dimensão “transcendental” (como fundamento), ou, em outras palavras, como um duplo empírico-transcendental, uma variação do “homem” duplo empírico-transcendental, que funda a episteme moderna das ciências humanas.

¹⁷ FOUCAULT, *A microfísica do poder*, p. 5.

¹⁸ FOUCAULT, *A ordem do discurso*, p. 246.

¹⁹ FOUCAULT, *A microfísica do poder*, p. 246.

²⁰ FOUCAULT, *A microfísica do poder*, p. 14.

CONCLUSÃO

Aqui podemos enfim fechar o nosso quadro analítico. De acordo com o que apresentamos é possível, primeiramente, associar a noção de “homem” como duplo empírico-transcendental à noção de discursos que geram “sujeições antropológicas” e que criam “práticas não discursivas” associadas a dispositivos estratégicos de poder. Fazer esta associação nos permite pensar a abordagem de Foucault tanto numa dimensão “estrutural-discursiva” quanto numa dimensão “histórico-política”. A abordagem estrutural-discursiva nos permite observar o modo como se constitui campos de saber e suas respectivas positivities. Podemos, a partir daí, pensar nas condições de possibilidade para a emergência de um determinado conjunto de discurso associado a um campo de saber específico. A dimensão “histórico-política” nos permite ir além da dimensão propriamente discursiva e mostrar o modo como práticas discursivas se enovelam em práticas não discursivas e se materializam de diferentes maneiras. Temos aqui um verdadeiro modelo analítico. E, com este modelo analítico, sugerimos pensar a sociologia. Primeiramente enfatizamos a relação do discurso sociológico com o que chamamos de episteme moderna das ciências humanas, associando a noção de “sociedade”, e sua operacionalização na polarização ou dualismo agência/estrutura, forjada pelos sociólogos com a noção do “homem” como duplo empírico-transcendental, sugerindo que a sociedade seria a versão sociológica do “homem” duplo empírico-transcendental. Num segundo momento, associamos o discurso sociológico às “sujeições antropológicas” do humanismo e procuramos mostrar certo nível de homogeneidade enunciativa na sociologia, o que nos permite fazer a sua arqueologia. Ainda no segundo momento, mostramos ser possível pensar a sociologia tanto na sua dimensão “estrutural-sistêmica”, como um campo de saber específico e relativamente autônomo, quanto na sua dimensão de “evento”, ressaltando a dimensão histórica e política, que Foucault já pleiteava como uma característica fundamental dos seus trabalhos. É dessa maneira que entramos na terceira parte, tratando da questão do que poderíamos chamar de “política do enunciado científico” dos ‘regimes de verdade’ que geram, por fim, dispositivos estratégicos e que se institucionalizam como “tecnologias de poder”. É neste sentido que podemos usar o pensamento de Foucault para se pensar a sociologia, como uma tentativa potente de desconstrução da realidade social tal qual construída pela sociologia. Relações de poder formam saber, produzem discursos. Seria o discurso sociológico uma das formas de expressão das “tecnologias de poder” da modernidade? É o que tentamos sugerir neste trabalho.

AN ARCHEOLOGY OF SOCIOLOGY?

Abstract: The aim of this paper is to present the relationship between Foucault's reflection on the "modern epistemic of the human sciences" of the discourses of "anthropological subjections" and the emergence of "strategic devices", with sociology, especially with the themes concerning concept of society and polarization agency and structure. Sociology would be a derivation of the modern epistemic of the human sciences, whose main characteristic is the modern process of "anthropologizing" thought, thus constituting one of the discourses of "anthropological subjections" and forging strategic power devices

Keywords: episteme – modernity – human – society – sociology.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FOUCAULT, Michel. *A história da loucura na idade clássica*. São Paulo: Perspectiva. 1978.
- _____. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1977.
- _____. *Microfísica do poder*. Graal: São Paulo. 2010.
- _____. *As palavras e as coisas*. Martins fontes: São Paulo. 2002.
- _____. *A ordem do discurso*. São Paulo: edições Loyola. 2009.
- _____. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes. 2008.
- _____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro:Forense-Universitária. 1986.
- _____. “Nietzsche, a genealogia, a história”. In: *Ditos e escritos*, II, pp. 260-281. [1971] (1994)
- _____. “A vida dos homens infames”. In: *Ditos e escritos*, IV, 203-222. [1977] (1994)
- _____. “A filosofia analítica da política”. In: *Ditos e Escritos*, V, pp. 37-55. [1978] (1994).
- HABERMAS, Jürgen. *O Discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes. 2002.